

## Parlamentarismo, a melhor saída?

Gilson Alberto Novaes (\*)

A situação política que o país vive atualmente é de total incerteza no que vai acontecer no ano que vem, quando teremos eleições para presidente da República, governadores, senadores e deputados

Uma eleição e tanto... O eleitor tem que votar cinco vezes! Os deputados estão buscando alternativas para o problema do custeio de suas campanhas, que até então eram regimento pagas com o dinheiro das empresas, que depois cobravam-lhes, nós sabemos como. Não há nomes que possam empolgar o eleitor! Os mesmos... ninguém aguenta.

Nesse meio de discussões de "distritão", voto distrital, custeio para as campanhas com o dinheiro público – 3,6 bilhões, além da grana do Fundo Partidário e tantas outras elucubrações a que se dão o direito nossos ilustres representantes na Câmara, passa pela cabeça de alguns, que o Parlamentarismo pode ser uma saída para nossa crise. De fato, seria, se tivéssemos partidos de verdade. No Brasil temos partidos de mentirinha.

Nossos trinta e cinco partidos não representam as ideologias de nossa sociedade. Eles visam o bem-estar e a reeleição de seus dirigentes. Só isso. Foi-se o tempo em que um partido tinha uma ideologia definida. A volta do parlamentarismo é uma resposta à crise em que vivemos, embora sua viabilidade desperte certo ceticismo, inclusive de alguns de seus entusiastas. O parlamentarismo difere em muito do presidencialismo, em que o Executivo é unipessoal, isto é, o presidente é ao mesmo tempo, chefe de Estado e chefe de Governo. Não tem dado certo. Dos quatro presidentes que tivemos depois da Constituição de 1988, só dois terminaram os mandatos.

No presidencialismo o presidente encarna ao mesmo tempo as instituições políticas e cuida do dia a dia da administração pública. O presidente é o chefe de Estado e de governo. No presidencialismo, há visível separação de poderes. Executivo, Legislativo e Judiciário. O Brasil é presidencialista. Mostrou isso nos plebiscitos de 1963 e 1993.

No parlamentarismo é diferente. Adotado na Itália, Inglaterra, Portugal, Canadá, Suécia, Alemanha, Holanda, Espanha, Austrália, Japão e tantos outros, o Executivo é bipartido. O presidente nas repúblicas, ou o rei nas monarquias, exercem o cargo de chefes de Estado, enquanto a gestão administrativa é feita pelo chefe de governo, também conhecido como primeiro-ministro ou chanceler, dispendo este de um gabinete de ministros para governar.

O primeiro-ministro, escolhido pelo parlamento que o fiscaliza, pode ser substituído a qualquer momento, sem nenhuma crise institucional. Em outras palavras, há um estreito relacionamento entre o Executivo e o Legislativo. Àquele, cabe executar fielmente a vontade popular, expressa pela maioria dos parlamentares. O grande problema da implantação do parlamentarismo no Brasil está no fato de que, mesmo aqueles que defendem a ideia, receiam que ela não vingue.

O deputado Roberto Freire (PPS-SP) disse que a resistência se deve "ao nosso atraso de ficar imaginando que vai se ter um salvador da pátria. Quem se posicionou contra na Constituinte? O PDT, que imaginava eleger Brizola e o PT, que imaginava eleger Lula". Hoje no Brasil estamos longe de achar um "salvador da pátria" para ser presidente. Trocando em miúdos, um dos principais problemas que o parlamentarismo enfrenta é a rejeição da população ao parlamentarismo, já que confunde parlamentarismo com Parlamento.

Finalizo dizendo que o parlamentarismo poderia ser uma alternativa, mas antes precisamos reformar profundamente o modelo partidário no Brasil. Diminuir o número de partidos políticos, além da instituição de uma cláusula de barreira (ou de desempenho) para eliminar os partidos nanicos que só visam os benefícios do fundo partidário e exibirem-se na TV e rádio.

A discussão deveria continuar sobre o tema, mas no momento os deputados estão preocupados em acertar os meios de se reelegerem.

Quem viver, verá!

(\*) - É professor de Direito Eleitoral na Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie/Campinas e Coordenador Acadêmico do Centro de Ciências e Tecnologia.

# Frente Favela Brasil obtém registro no TSE e quer eleger parlamentares negros

Pular intermediários e eleger diretamente parlamentares negros e moradores das periferias é o objetivo do partido Frente Favela Brasil, que foi registrado ontem (30) no Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

O partido pretende angariar votos entre os mais de 112 milhões de habitantes das favelas brasileiras. "Todos fazem política para marginalizado, mas não tem nenhum partido de marginalizado. Queremos falar por nós mesmos", diz Celso Athayde, fundador da Central Única das Favelas (Cufa), idealizador do projeto empresarial Favela Holding.

Athayde explica que o novo partido não quer simplesmente substituir ou desmerecer iniciativas afro ou periféricas em partidos já existentes, como o DEM, o PSDB, o PMDB e o PCdoB, mas propor algo novo. Segundo Athayde, a Frente recebeu diversos convites para se integrar a um partido já existente, e não criar um novo, mas não aceitou, por entender que "a questão central agora não



O ator Lázaro Ramos e os ativistas Celso Athayde, Preto Zezé e Eliana Custódio no lançamento do partido, no Rio.

é lutar por direitos, o que os movimentos já fazem, é lutar por poder. Por que poder não pode?", indaga.

"Nos espaços de poder, são as pessoas que já fazem parte da alta burocracia que falam pelos negros, que falam pela periferia", diz Wanderson Maia,

jovem de 28 anos, um dos presidentes do novo partido. Para Wanderson, chegou o momento de ocupar diretamente esses espaços. "É nesse lugar que a gente quer lidar", afirma. Também homossexual, Maia diz que, apesar de ser inegável a preponderância de problemas

relacionados à comunidade negra quando se fala em periferia, o partido se preocupa em não ser excluído, seja do ponto de vista étnico-racial, seja do ideológico.

A Frente Favela Brasil foi criada há um ano, em evento na Providência, primeira favela do Brasil, no Rio de Janeiro. O partido se junta agora a mais 56 agremiações que tentam obter 489 mil assinaturas de apoio, número necessário para que uma nova legenda possa concorrer a eleições. A outra condicionante, existência de diretores em todos os 26 estados já foi alcançada. Segundo Celso Athayde, não deve ser difícil para o partido conseguir as assinaturas necessárias para entrar na disputa para o próximo ciclo eleitoral, que começa em 2018 (ABR).

## Negado pedido de Cabral para conceder entrevista à imprensa

A Justiça federal no Rio de Janeiro negou ontem (30) pedido dos advogados do ex-governador do estado Sergio Cabral, para conceder entrevista a dois veículos de comunicação. Um requerimento anterior já havia sido negado pelo juiz Marcelo Bretas, da 7ª. Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, mas a defesa do ex-governador recorreu à segunda instância.

Ontem, o desembargador federal Abel Gomes, da 1ª Turma Especializada do TRF2, negou a liminar pedida em habeas corpus pela defesa de Cabral. O ex-governador cumpre prisão preventiva desde novembro de 2016. No entendimento do juiz Marcelo Bretas, não há interesse público na concessão da entrevista, especialmente porque as informações referentes ao processo estão disponíveis para a imprensa.

Os advogados de defesa de Cabral alegam que o ex-governador queria apresentar sua versão dos fatos. Além disso, a defesa sustenta que Cabral não estaria recebendo tratamento isonômico, já que o MPF e o próprio juiz Bretas se manifestaram publicamente sobre o caso. Para Abel Gomes, o instrumento habeas corpus serve para tratar da liberdade de locomoção de um acusado e não para outro tipo de questionamento, como a concessão de entrevistas à imprensa (ABR).

## Dívidas com a Previdência são o triplo do deficit previdenciário

O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, da Câmara, deputado Wilson Filho (PTB-PB), destacou ontem (30), que as dívidas de empresas com a Previdência são equivalentes a três vezes o valor do deficit do Regime Geral da Previdência Social em 2016. "Se nós tivéssemos êxito na cobrança das dívidas, nós teríamos uma carga bem menos pesada para a população brasileira pelo menos em curto prazo, mesmo que não resolvesse o problema definitivamente", disse, em debate na comissão sobre o montante do deficit e sobre as dívidas de teor previdenciário.

"É isto que a população não entende: a reforma da Previdência causaria maiores dificuldades para a população, e ninguém sabe o que está sendo feito para cobrar das empresas", completou. No debate, o procurador-geral-adjunto de Gestão da Dívida Ativa da União e do FGTS, Cristiano Moraes, explicou que os débitos com a Previdência acumulam cerca de R\$ 420 bilhões. Já o secretário da Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano,



O deputado Wilson Filho defendeu a cobrança das dívidas previdenciárias.

salientou que, em 2016, o déficit da Previdência foi de R\$ 151,9 bilhões – equivalente a 2,4 pontos percentuais do PIB.

De acordo com Cristiano, do total de R\$ 420 bilhões em dívidas com a Previdência, apenas 42% (R\$ 175 bilhões) são considerados recuperáveis; enquanto os outros 58% (R\$ 245 bilhões) têm perspectiva baixa de recuperação ou são irre recuperáveis, já que se trata de empresas inativas ou sem patrimônio. Salientou ainda que os reiterados Refis aprovados pelo Congresso têm efeito "nefasto" na arrecadação.

"Esse benefício fiscal permite que esses grandes devedores façam uma rolagem da sua dívida", apontou.

"Nos Refis que foram instituídos de 2000 até aqui, uma série de contribuintes saem de programa em programa sem pagar a dívida, e são justamente os grandes devedores", completou. Conforme ele, existem 17 milhões de empresas em atividade, sendo que apenas 15% são devedoras da Previdência. "Uma minoria deve, mas há grande concentração da dívida", afirmou (Ag.Câmara).

## Livre comércio em cidades acrianas na fronteira com Peru e Bolívia

A Comissão de Desenvolvimento do Senado aprovou ontem (30) o projeto de Jorge Viana (PT-AC) que cria áreas de livre comércio nos municípios de Plácido de Castro, Assis Brasil, Santa Rosa e Capixaba, que ficam em regiões fronteiriças com Peru ou Bolívia. A matéria segue para a análise da Comissão de Assuntos Econômicos.

O relator foi Sergio Petecão (PSD-AC), que relatou suas visitas a esses municípios e conversas com empresários, para saber o que pensavam sobre a proposta. Segundo o senador, o apoio à medida é unânime, uma vez que essas cidades tem sofrido com a concorrência com municípios como Cobja, que recebem incentivos fiscais do governo da Bolívia. "Virou uma concorrência desleal e o governo brasileiro continua sem fazer nada", criticou.

Petecão acredita que a instalação das áreas de livre comércio, estabelecendo um regime aduaneiro diferenciado para as empresas, pode criar um ambiente mais amigável



Projeto do senador Jorge Viana beneficia as cidades de Plácido de Castro, Assis Brasil, Santa Rosa e Capixaba, no Acre.

para investimentos nessas cidades, demandando inclusive as matérias-primas locais. Jorge Viana considera sua proposta como um modelo que deveria ser implantado em todas as regiões fronteiriças com características semelhantes, em que um município brasileiro está junto a uma cidade estrangeira.

"No que se refere ao Acre, não tenho nenhuma dúvida que todos os agricultores, seringueiros, e comunidades serão

beneficiadas com as áreas de livre comércio. É o que pode criar emprego e desenvolvimento", disse. Tem aumentado o número de moradores de Rio Branco que viajam para a Bolívia ou o Peru em fins de semana para fazer compras, devido às melhores condições. Pelo texto aprovado, essas cidades tornam-se áreas de livre comércio para exportação e importação, sob um regime fiscal especial (Ag.Senado).

## Rótulos coloridos de acordo com a composição nutricional

Os rótulos das embalagens de alimentos deverão trazer identificação em cores distintas, para permitir ao usuário saber sua composição nutricional. A obrigação está prevista no projeto aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor Ontem (30). O texto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta, do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), tem o objetivo de levar o consumidor brasileiro a procurar uma alimentação mais saudável, criando um modo simplificado de informá-lo, de modo claro e ostensivo, sobre a qualidade nutricional do alimento que vai comprar. Cristovam justifica a medida com base no aumento dos índices de obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares na população. Segundo ele, a falta de tempo e a carência de informação adequada levam as pessoas a consumirem salgadinhos, sanduíches e refrigerantes em vez de pratos saudáveis.

O projeto, acredita o senador, ajudará na adoção de hábitos de alimentação saudável, o que pode contribuir para a diminuição da ingestão de substâncias nocivas causadoras de resistência à insulina e ao diabetes. O relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), fez uma modificação no texto, para determinar que os rótulos apresentem informações nutricionais em cores diferenciadas, de acordo com padrões de alimentação saudável, e não em vermelho, amarelo e verde, como previa o texto inicial, baseado na classificação adotada pelo Reino Unido (Ag.Senado).

**AGENDA DO EMPRESÁRIO**  
www.agenda-empresario.com.br ANO XXX APOIO: GENOFISCO

QUINTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2017

- Eficiência
- Qualidade
- Confiança

www.osfe-mc.com.br

**CLÁUSULA DE INDENIZAÇÃO EM CONTRATO DE TRABALHO**  
Empresa pretende contratar funcionário e terá que pagar curso de valor elevado. Poderá incluir cláusula de indenização no contrato caso peça demissão antes de seis meses, como proceder? Saiba mais: [www.empresario.com.br/legislacao].

**A DISTÂNCIA DA CASA DO FUNCIONÁRIO ATÉ A EMPRESA É OBRIGATÓRIO O FORNECIMENTO DO VALE-TRANSPORTE, QUAL A BASE LEGAL?**  
Informamos que inexistente determinação legal de distância mínima para que seja obrigatório o fornecimento do vale-transporte, então, o empregado utilizando-se de transporte coletivo por mínima que seja a distância, o empregador é obrigado a fornecê-lo.

**CONTRATAR SERVIÇOS DE TAXISTAS**  
A profissão de taxista é dispensada da retenção do INSS. A lei 12.468/2011 regulamenta a profissão de taxi, como tratar no caso de associação de taxistas? Saiba mais: [www.empresario.com.br/legislacao].

**CARGA HORÁRIA DA DIGITADORA**  
Clínica médica possui digitadora para elaborar os laudos de exames, qual a carga horária e se possui intervalos de descanso, como proceder? Saiba mais acessando: [www.empresario.com.br/legislacao].

**O CONTRATO DE TRABALHO QUE SUPERA 01 ANO É NECESSÁRIO A HOMOLOGAÇÃO NO SINDICATO OU NA DRT. A MEDIAÇÃO/ARBITRAGEM SUBSTITUI ADEQUADAMENTE A HOMOLOGAÇÃO?**  
Informamos que a arbitragem é utilizada para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis, ou seja, sobre o direito transigível, não sendo cabida para homologação. Desta forma, para a homologação deverá ser observado o disposto na IN MTE/SRT nº15/10.

**AFASTAMENTO PARA REABILITAÇÃO**  
Funcionário foi internado em clínica de reabilitação durante 06 meses, o afastamento poderá ser como auxílio doença do INSS. Ele paga pensão alimentícia, como proceder? Saiba mais: [www.empresario.com.br/legislacao].

**50 anos ORCOSE**

**CANDINHO**  
Candinho Assessoria Contábil  
www.candinho.com.br

**GLANDATA**  
www.glandata.com.br

**SOLUÇÕES PARA SUA EMPRESA**



Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para

**TEL: 3106-4171**